

**HABEAS CORPUS Nº 501.902 - SC (2019/0092583-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
VANESSA MORITZ LUZ - MT023305B  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : MAICON JACKSON PEREIRA FORTES (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAICON JACKSON PEREIRA FORTES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Revisão Criminal n. 4023943-08.2018.8.24.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 7 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (e-STJ fls. 28/37).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi parcialmente provido para reconhecer a atenuante da confissão espontânea, razão pela qual a pena do paciente foi redimensionada para 6 anos de reclusão e multa, mantidos os demais termos da condenação (e-STJ fls. 38/49). Segue a ementa do acórdão:

*APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/06). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA.*

*ALMEJADA DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA PARA O CRIME DE CONSUMO PESSOAL DE DROGAS (ART. 28 DA LEI N. 11.343/2006). IMPOSSIBILIDADE. 35 GRAMAS DE CRACK APREENDIDOS NA RESIDÊNCIA DO ACUSADO DEVIDAMENTE PARTICIONADOS PARA O ILÍCITO COMÉRCIO (EM 41 PEDRAS). DECLARAÇÕES DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO EM FLAGRANTE, ALIADAS À CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL,*

*QUE NÃO DEIXAM DÚVIDAS SOBRE A EFETIVA PRÁTICA DO NARCOTRÁFICO.*

*DOSIMETRIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. APLICABILIDADE AINDA QUE RETRATADA EM JUÍZO. CIRCUNSTÂNCIA PREPONDERANTE. COMPENSAÇÃO PARCIAL COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA FORMADA POR DUAS CONDENAÇÕES DEFINITIVAS PRETÉRITAS. REQUERIDA INCIDÊNCIA DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DA PENA DO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/06. IMPROCEDÊNCIA. REINCIDÊNCIA QUE OBSTA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO.*

*PLEITO DE EXCLUSÃO DA MULTA-TIPO . IMPOSSIBILIDADE. SANÇÃO COM PREVISÃO CUMULATIVA NO PRECEITO SECUNDÁRIO.*

*RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.*

Após, ingressou com revisão criminal na Corte local, oportunidade em que postulou a redução da pena-base e a integral compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência. Entretanto, a revisão criminal foi parcialmente conhecida e, nessa extensão, indeferida (e-STJ fls. 72/81), em acórdão assim ementado:

*REVISÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. REVISIONANDO CONDENADO PELO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33, CAPUT, DA LEI N. 11.343/2006). SENTENÇA E ACÓRDÃO TRANSITADOS EM JULGADO.*

*DISCUSSÃO RESTRITA À DOSIMETRIA.*

*PENA-BASE. AFASTAMENTO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. INVIABILIDADE. APREENSÃO DE 41 PEDRAS DE CRACK, PESANDO 32 GRAMAS. QUANTIDADE QUE NÃO PODE SER CONSIDERADA DIMINUTA. ADEMAIS, DROGA DE ALTO PODER NOCIVO. INEXIGÊNCIA DA CUMULATIVIDADE REFERENTE À QUANTIDADE E À NATUREZA DO ENTORPECENTE PARA O RECONHECIMENTO DA CIRCUNSTÂNCIA DO ART. 42 DA LEI N. 11.343/2006.*

*SEGUNDA FASE. PRETENSA COMPENSAÇÃO INTEGRAL ENTRE A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA E ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. REITERAÇÃO DE TESE DEVIDAMENTE APRECIADA EM SEDE DE ANTERIOR APELAÇÃO CRIMINAL INTERPOSTA, QUE*

*EXAUSTIVAMENTE A ANALISOU E A REFUTOU. AUSÊNCIA DE PROVAS NOVAS. MANIFESTA INTENÇÃO DE AMPLIAR A VIA RECURSAL. AÇÃO REVISIONAL QUE NÃO SE PRESTA PARA TAL DESIDERATO PORQUE DESTITUÍDA DE TESE OU PROVA NOVA. INTELIGÊNCIA DO ART. 622, PARÁGRAFO ÚNICO, DO DIPLOMA PROCESSUAL PENAL. PRECEDENTES DESTA CORTE NESTE SENTIDO. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO.*

*REVISÃO PARCIALMENTE CONHECIDA E INDEFERIDA.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/12), a impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que exasperou a pena-base sem fundamentação idônea. Afirma que a natureza da droga, dissociada da quantidade, não pode embasar o desvalor das circunstâncias do crime, ressaltando que, na hipótese dos autos, a quantidade não é expressiva.

Além disso, assevera que a Corte de origem deu preponderância à agravante da reincidência em relação à atenuante da confissão espontânea, na segunda fase da dosimetria, o que contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Ao final, formula pedido liminar para que sejam suspensos os efeitos da condenação em relação aos excessos de pena e, no mérito, pede o afastamento da valoração negativa das circunstâncias do crime e a integral compensação entre a agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, redimensionando-se a pena do paciente.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de

urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator